

CONTATO LINGUÍSTICO NO BRASIL QUINHENTISTA: UMA ANÁLISE ECOLINGUÍSTICA

Leonardo Ferreira Kaltner (UFF)
Viviane Lourenço Teixeira (UFF)

Abstract: This article consists of a study on linguistic contact, from a historical and diachronic perspective, in 16th century Brazil, an interdisciplinary theme between Linguistic Historiography (HL) and Ecolinguistics (EL) (SWIGGERS, 2013). For this purpose, we have as object of analysis the description of the first attempt of linguistic contact registered in the Letter of Pero Vaz de Caminha (CORTESÃO, 1967), whose report of the morning of April 23, 1500, Thursday, presents the interaction between navigators and the Tupiniquim indigenous people at the coast of Brazil (BUENO, 2016). As a theoretical basis for analysis, we use EL, HL and Ecological Discourse Analysis (ADE). As a method, we use Textual Criticism (CT), in order to analyze an excerpt of the document in its original 16th century form. Finally, we analyzed the issue of contact languages and prejudiced language, in the description of indigenous peoples (COUTO, 2007; 2015), as a *tópos* of rhetoric (SWIGGERS, 2013) of historical documents on linguistic colonization in Brazil. **Key-words:** Ecosystemic Linguistics; Linguistic Historiography; 16th century Brazil; Indigenous languages; Portuguese language.

Resumo: Consiste o presente artigo em estudo sobre o contato linguístico, em perspectiva histórica e diacrônica, no Brasil quinhentista, tema interdisciplinar entre a Historiografia Linguística (HL) e a Ecolinguística (EL) (SWIGGERS, 2013). Para esse intuito, temos como objeto de análise a descrição da primeira tentativa de contato linguístico registrada na *Carta de Pero Vaz de Caminha* (CORTESÃO, 1967), cujo relato da manhã do dia 23 de abril de 1500, quinta-feira, apresenta a interação inicial entre os navegadores e os indígenas Tupiniquim na costa do Brasil (BUENO, 2016). Como fundamentação teórica de análise, nos valem da EL, da HL e da Análise do Discurso Ecológica (ADE). Já como método nos valem da Crítica Textual (CT), a fim de analisar excerto do documento em sua forma original quinhentista. Analisamos, por fim, a questão das línguas de contato e a linguagem preconceituosa, na descrição dos povos indígenas (COUTO,

2007; 2015), como um *tópos* da retórica (SWIGGERS, 2013) dos documentos históricos sobre a colonização linguística no Brasil.

Palavras-chave: Linguística Ecosistêmica; Historiografia Linguística; Brasil quinhentista; Línguas indígenas; Língua portuguesa.

1. Contato de línguas na América portuguesa: o início

No desenvolvimento do processo de colonização na América portuguesa, no século XVI, o contato de línguas foi um fator social determinante para a interação entre os navegadores e os povos indígenas (KALTNER, 2020). Os poucos relatos dessas interações iniciais são oriundos de uma documentação de base europeia, não havendo relatos supervenientes das comunidades indígenas no processo (MARIANI, 2004). Porém, a partir dessa documentação, e de uma análise multidisciplinar, é possível tecer uma análise crítica sobre essas interações iniciais no Brasil quinhentista.

A interdisciplinaridade entre a Historiografia da Linguística (HL) e a Ecolinguística (EL) é proposta por Pierre Swiggers (2013), a fim de se desenvolver uma análise do pensamento linguístico em contextos em que a tradição letrada e acadêmica não eram preponderantes, caso do Brasil quinhentista, até o estabelecimento da política missionária, tema da Linguística Missionária (LM):

there is much interesting work to be undertaken in the field of the historiography of Brazilian linguistics. On the one hand, there remains much to be done in terms of study of authors, texts, academic curricula, etc.; on the other hand, there is much that remains to be done in terms of perspectives: the history of Brazilian linguistics lends itself not only to a study from the point of view of the history of science, but also from a sociolinguistic and sociological point of view, from an **ecological-linguistic point of view**, and from the point of view of institutional history and cultural history (SWIGGERS, 2015, p. 7, grifo nosso).

O Brasil quinhentista é um ecossistema linguístico *sui generis* e complexo, cuja análise depende de uma dinâmica de reflexão glotopolítica e historiográfica, para se descrever seu plurilinguismo inicial. Atualmente, as línguas indígenas são minoritárias, como fruto do processo de colonização linguística. Nesse aspecto, os estudos historiográficos atuais também têm por intuito valorizar as culturas indígenas, demonstrando que são elementos fundamentais de constituição do Brasil, antes mesmo do processo de colonização de matriz europeia. O território, em disputa no projeto colonial, é um dos atores mais singulares no processo de interações interculturais, registrado na documentação superveniente.

Para desenvolver esse estudo, optamos por analisar um relato específico, considerado o registro oficial da primeira tentativa de contato linguístico na América portuguesa quinhentista, a *Carta de Pero Vaz de Caminha* (RIBEIRO, 2002), tendo sido este tema também tratado em coletânea publicada em 2003, sob o prisma ecolinguístico (RONCARATI, ABRAÇADO, 2003, p. 253-271). A *Carta de Pero Vaz de Caminha* (CORTESÃO, 1967) apresenta um relato da manhã do dia 23 de abril de 1500, quinta-feira, em uma interação entre os navegadores e os indígenas Tupiniquim na costa do Brasil (BUENO, 2016). Analisamos no texto o relato, buscando compreender como esse processo se desenvolveu.

Como fundamentação teórica para a análise, nos valem da Ecolinguística (EL) e da Análise do Discurso Ecológica (ADE), já como método nos valem da Crítica Textual (CT), a fim de analisar o documento em sua forma original, escrito na língua portuguesa quinhentista. Analisamos, por fim, a questão das línguas de contato, utilizadas nessa interação, e o *tópos* retórico (SWIGGERS, 2013) da linguagem preconceituosa na descrição dos povos indígenas (COUTO,

2007, 2015), tema necessário no trato com os documentos históricos quinhentistas sobre a colonização linguística no Brasil.

Eduardo Bueno assim descreve o panorama linguístico e cultural na primeira interação, quando as caravelas portuguesas ancoram no litoral de Porto Seguro, e um pequeno escaler é lançado em direção à terra, em um momento em que os navegadores avistam pessoas caminhando na praia:

Então, na areia, às margens daquele regato, entre a mata e o mar, os portugueses viram “homens que andavam pela praia, obra de sete ou oito”. A um sinal do comandante-mor, os capitães dos outros navios embarcaram em batéis e esquifes (barcos pequenos, tipo escaler) e se dirigiram à nau capitânia para uma breve reunião. Logo após esta, Cabral decidiu enviar à terra o experiente Nicolau Coelho, que estivera na Índia com Vasco da Gama. Junto com ele, seguiram Gaspar da Gama, “o judeu da Índia” – que, além do árabe, falava os dialetos hindus da costa do Malabar –, mais um grumete da Guiné e um escravo de Angola. Os portugueses conseguiam reunir, assim, a bordo de um escaler, homens dos três continentes conhecidos até então, e capazes de falar seis ou sete línguas diferentes (BUENO, 2016, p. 87).

Um fenômeno linguístico interessante de se notar, em relação ao contato de línguas nesse contexto, é que a interação não era restrita a navegadores europeus. O rótulo colonialista de Velho Mundo, o *Vetus Mundus*, representado pelos continentes da África, Ásia e Europa, que compunham o paradigma das navegações, se chocava com um Novo Mundo, o *Novus Mundus*, a América, em uma perspectiva intercultural. Estava marcada a multiculturalidade na presença de Gaspar da Gama, vindo da Índia (KALTNER, TEIXEIRA, SANTOS, 2019), Nicolau Coelho, navegador português, também de um grumete da Guiné e de um escravo de Angola, que, provavelmente, eram proficientes em quimbundo, assim, diversas línguas foram utilizadas na tentativa de interação inicial com os indígenas Tupiniquim, sem sucesso. O multiculturalismo e a diversidade linguística eram patentes, porém, mesmo assim, com intérpretes diversos, não foi possível estabelecer contato linguístico com os indígenas Tupiniquim¹, diretamente, utilizando-se os grupos em contato apenas de uma linguagem gestual e visual (BUENO, 2016, p. 88).

2. Ecolinguística (EL) e o plurilinguismo no Brasil quinhentista

Dessa primeira interação inicial, narrada na Carta de *Pero Vaz de Caminha*, de 1500, o único registro linguístico que restou é o da Língua Portuguesa, em que foi redigida a carta. A importância do vernáculo português nas navegações dos séculos XV e XVI é evidenciada em documentação da época, sendo um dos principais marcos metalinguísticos as obras gramaticais *Gramática da linguagem portuguesa*, do frade Fernão de Oliveira, em 1536, e a *Gramática da Língua Portuguesa* do gramático humanista João de Barros, em 1540, quando se publicam gramáticas vernaculares com a finalidade de expandir a língua pelos domínios ultramarinos (BASTOS, PALMA, 2004).

Uma gramática sobre a língua de contato no Brasil quinhentista, a língua dos indígenas de cultura Tupinambá, seria desenvolvida apenas no final do século por Anchieta (1595), depois publicada na tipografia de Coimbra, a *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*,

¹ BUENO, 2016, p. 88: “Os indígenas com os quais Nicolau Coelho travou o primeiro contato eram, se saberia mais tarde, do grupo Tupiniquim. Pertenciam à grande família Tupi-Guarani, que, naquele início do século XVI, ocupava praticamente todo o litoral do Brasil. Os Tupiniquim eram cerca de 85 mil e viviam em dois locais da costa brasileira: no sul da Bahia, da altura de Ilhéus até a foz do rio Doce (já no atual estado do Espírito Santo), e numa estreita faixa entre Santos e Bertioga, no litoral norte de São Paulo”. A nação indígena de etnia Tupiniquim seria uma das primeiras aliadas dos portugueses, no processo de colonização, durante décadas.

de 1595 (ALTMAN, 2012). Porém, à época da expedição de Pedro Álvares Cabral às Índias, em 1500, nos nove dias em que a frota portuguesa esteve aportada na costa brasileira, a língua vernacular só se fixou no território pela escrita documental de Caminha e de outros escrivães da armada.

Podemos descrever essa comunidade quinhentista em interação a partir do conceito de ecossistema linguístico (COUTO, 2007), mais especificamente, a partir do conceito de “comunidade de fala efêmera” (COUTO, 2016) a fim de analisarmos o relato de Pero Vaz de Caminha. As primeiras tentativas de contato linguístico, nesse ecossistema linguístico formado durante nove dias, na então chamada Ilha de Vera Cruz, foram registradas e nos dão uma visão geral, do lado europeu, do processo pelo qual posteriormente a colônia viria a se constituir. Alguns personagens são fundamentais nesse processo de análise do contato linguístico inicial: os navegadores Bartolomeu Dias e Nicolau Coelho, o língua Gaspar da Gama e o missionário franciscano Frei Henrique de Coimbra. Além desses, os dois degredados, abandonados na costa brasileira, um deles nomeado na carta: Afonso Ribeiro, foram pioneiros no contato com as comunidades indígenas costeiras.

O rótulo (SWIGGERS, 2013) Ilha de Vera Cruz nomeia esse ecossistema linguístico inicial. Convém tecermos algumas considerações teóricas, acerca do paradigma descritivo da EL para interpretar a constituição da Ilha de Vera Cruz como um ecossistema linguístico, em que se deu a interação descrita pelo escrivão Pero Vaz de Caminha. Nota-se na descrição da carta que o contato linguístico ocorre sem fala, sendo gestual e visual, porém com uma interação, inicialmente pacífica, entre navegadores e indígenas, nessa região de contato. O território, rotulado como Ilha de Vera Cruz, é um fator central para a constituição do contato linguístico sem fala, em uma perspectiva ecossistêmica.

A EL engloba em seu arcabouço teórico não só os estudos de Linguagem, a Linguística propriamente dita, como dialoga também com a Ecologia, isto é, apresenta uma visão teórica holística que se vincula ao estudo das relações entre língua e meio ambiente (COUTO, 2007). Esse fator é fundamental para se compreender o início do contato linguístico na América portuguesa quinhentista, antes mesmo da colonização, propriamente dita, pois os nichos ecológicos do mar, das praias e da floresta são elementos fundamentais nessa interação humana inicial, que redundaria na constituição de um espaço de contato, as feitorias.

Dessa forma, conforme Couto (2007) a EL nos permite compreender o meio ambiente como mediador entre culturas diversas, em uma situação de contato linguístico, o que vemos na narrativa de Pero Vaz de Caminha ao descrever a tentativa de contato entre os navegadores e os indígenas Tupiniquim. Por outro lado, a EL se organiza na análise de dimensões, ou ecossistemas, em que as atividades sociais relacionadas à língua se concretizam. A EL, portanto, se vale de uma terminologia conceitual específica, adotando como paradigma conceitos linguísticos e ecológicos em uma síntese na estruturação de sua organização epistemológica (HAUGEN, 2016).

Assim, a EL deriva em um campo teórico nomeado Linguística Ecossistêmica (LE), a saber: “a **linguística ecossistêmica** é uma variante da ecolinguística que, como o próprio nome já sugere, tem no ecossistema seu ponto de partida” (COUTO, COUTO, BORGES, 2015, p. 91, grifo dos autores). Nesse aspecto, cumpre salientar que a Ilha de Vera Cruz, o espaço de contato linguístico formado pela aportagem das naus portuguesas em Porto Seguro, no ano de 1500, por nove dias, é um ecossistema linguístico, na visão teórica da EL. Esse ecossistema linguístico, formado pelos navios aportados, os indígenas no litoral, suas aldeias mais adentro, foi o nicho ecológico em que se desenvolveu essa interação inicial. Não foi um espaço permanente, devido à natureza do lugar em que a Ilha de Vera Cruz se situou, o litoral de uma baía.

ECO-REBEL

A partir da LE, surge o debate sobre a constituição de uma Análise do Discurso Ecológica (ADE), que se caracteriza por uma visão mais crítica em relação às desigualdades sociais e históricas, destacando, porém, as injustiças derivadas de questões ambientais, climáticas e ecológicas. Por uma questão de rotulagem, também passou a ser conhecida como Linguística Ecosistêmica Crítica (LEC). O processo de colonização dá uma ideia de correlação assimétrica entre colonizador e colonizado, o que se reflete na disputa pelos principais nichos ecológicos, quando o colonizador expulsa as comunidades indígenas litorâneas ao longo do século XVI de seu território. Na narrativa de Pero Vaz de Caminha essa realidade colonialista está latente, ainda se reflete apenas como uma retórica de que a posse da terra era de D. Manuel I, rei absolutista de Portugal, e a percepção dos indígenas como súditos da coroa.

Logo, nesse aspecto, esse meio ambiente linguístico não é fixo, organizando-se como uma comunidade de fala efêmera, pois, como um ecossistema, ele é composto pelo povo, uma determinada comunidade humana em interação, ele é formado tanto por falantes quanto por pessoas que se comunicam mesmo sem o uso da fala, por fim, é um *locus*. Os navegantes que desembarcaram em 23 de abril de 1500 e os indígenas Tupiniquim, que estavam no litoral da Baía Cabralia, formaram um povo, nessa visão teórica, ao menos durante essa interação inicial.

A visão centralizada na ecologia é o paradigma da EL. Dessa forma, não se trata a EL de uma vertente linguística ecológica, mas de uma vertente de ecologia linguística, não sendo a ecologia apenas um adjetivo para qualificar uma prática científica de reflexão linguística, pois no caso de uma linguística ecológica, teríamos a EL apenas como uma ramificação da Linguística tradicional, de cunho antropocêntrico, sem a noção de ecossistema social. De acordo com Couto (2013, 2015, 2016) a centralidade ecológica na EL está no conceito de Macroecologia, em virtude de haver um território, anterior à ocupação humana, que é o suporte para toda a interação, e os fazeres culturais dos ecossistemas humanos. O território da Ilha de Vera Cruz, que Caminha narra, é anterior à ocupação humana, mesmo à ocupação por indígenas da cultura Tupiniquim e da chegada dos navegantes europeus.

Nesse aspecto, cumpre salientar que o ecossistema social humano só se torna viável, assim como o contato linguístico, devido a uma série de fatores ecológicos, que a EL nomeia como território. De uma longa formação geológica mineral, climática, pela diversificação de espécies vegetais e animais, o ecossistema, enquanto território, se equilibra, até o despontar da ocupação humana. No contexto do Brasil quinhentista, é configurado pelas migrações Tupi, que datam do século X d.C., e, posteriormente, pela chegada de europeus, africanos e asiáticos, pelas técnicas de navegação no século XVI. Só com esse território se configuraria o que Caminha rotula como Ilha de Vera Cruz.

Dessa forma, a Ilha de Vera Cruz, próxima a Porto Seguro, não era uma mera paisagem, narrada de forma pitoresca na língua portuguesa do século XVI, pelo escrivão da armada real, era antes um ecossistema, um elemento imprescindível para a interação entre indígenas Tupiniquim e europeus, talvez o início pacífico de um processo de colonização que se demonstraria posteriormente doloroso para os povos indígenas, ao longo de séculos, um projeto colonial que, desde meados do século XVI, se configuraria como um projeto mercantilista e escravocrata, baseado no tráfico humano, que constituiria, por fim, uma sociedade marcada pelo racismo estrutural. Todas as mazelas da sociedade brasileira se desenvolveram sobre um ecossistema social complexo, cujos nichos ecológicos foram disputados, palmo a palmo, desde o início do processo colonial.

A Macroecologia se subdivide em ciências interdisciplinares, também holísticas, que abordam uma matriz ecológica e social, em sua estruturação. Podemos destacar a Ecologia Filosófica, a Ecologia Biológica, a Sociologia Ambiental, a Antropologia Ecológica e a Psicologia

ECO-REBEL

Ambiental, que atuam como campos derivados da Macroecologia (COUTO, 2007). A EL também deriva da Macroecologia, não sendo apenas uma metáfora da disciplina, mas campo analógico específico das relações entre língua e meio ambiente, na interação entre dois sistemas: o linguístico e o ecológico, de forma indissociável. Na narrativa de Caminha, o autor afirma que a fala não foi compreendida por causa do mar.

A diversidade linguística e o multiculturalismo são patentes na Ilha de Vera Cruz. Além do idioma dos Tupiniquim, Nicolau Coelho era falante de língua portuguesa, Gaspar da Gama, um dos intérpretes oficiais da esquadra era versado em alemão, dialetos itálicos usados na navegação, português, hebraico e outras línguas semíticas de contato da Índia, já o grumete da Guiné e o escravo de Angola, muito provavelmente, eram versados nas línguas de contato da África, como o quimbundo e línguas semíticas, como o árabe. O primeiro contato linguístico, narrado por Caminha, quando o escaler com Nicolau Coelho, desce até o litoral e os indígenas e os navegantes se veem pela primeira vez se realizou por uma interação em que não foi possível a fala, havendo uma comunicação gestual, que é narrada em detalhes na carta quinhentista.

O ecossistema linguístico, formado por um organismo, o povo, a comunidade linguística formada por pessoas que interagem, como falantes, nessa situação os navegadores e os indígenas, encontra-se em um habitat, o território, que se constitui como um *locus* específico, a Ilha de Vera Cruz. Nessa relação entre povo e território, o ecossistema linguístico se forma pela tentativa de contato linguístico pelo uso de diversas línguas, pelos intérpretes e navegadores, mas se concretiza apenas pela linguagem gestual, de valor mais universal. A fim de facilitar a descrição do ecossistema linguístico, apresentamos um gráfico.

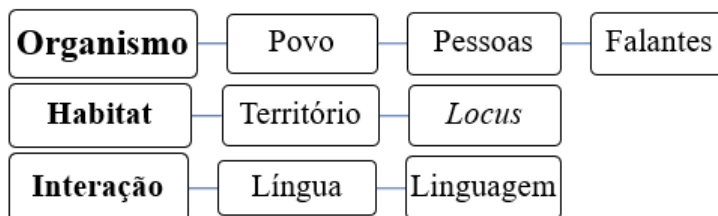


Imagem 1. Ecossistema linguístico

3. A narrativa de Pero Vaz de Caminha: o primeiro contato e o “azo” do mar

Analisamos, como fonte, a narrativa documental da carta de Pero Vaz de Caminha, datada de 1500, escrita em Porto Seguro. O manuscrito encontra-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT, [1500] 2020), a partir do qual inúmeras edições foram publicadas, sendo a que alcançou mais prestígio acadêmico no contexto brasileiro do século XX foi a edição de Jaime Cortesão. O relato da primeira tentativa de contato linguístico está registrado em um excerto da primeira folha do manuscrito, no verso dessa página, e em um excerto da segunda folha, que apresentamos a seguir, com uma leitura semidiplomática e atualização ortográfica para o vernáculo, no apêndice do texto.

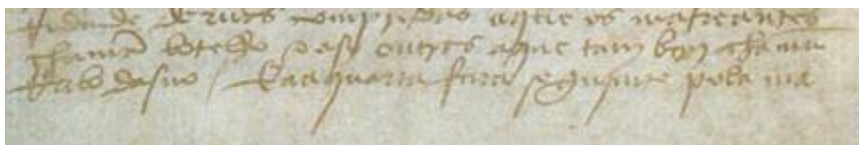


Imagem 2. Excerto da Carta de Caminha (fl. 1)

ECO-REBEL

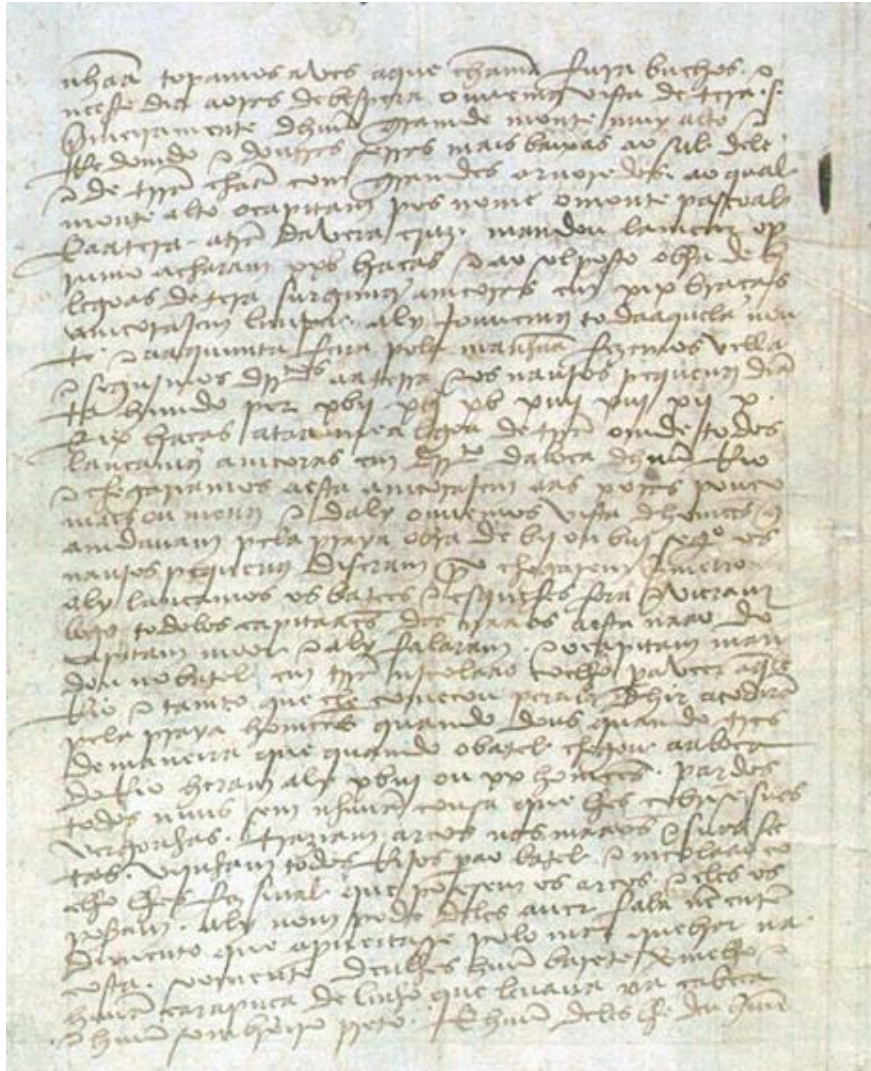


Imagem 3. Excerto da Carta de Caminha (fl. 1v)

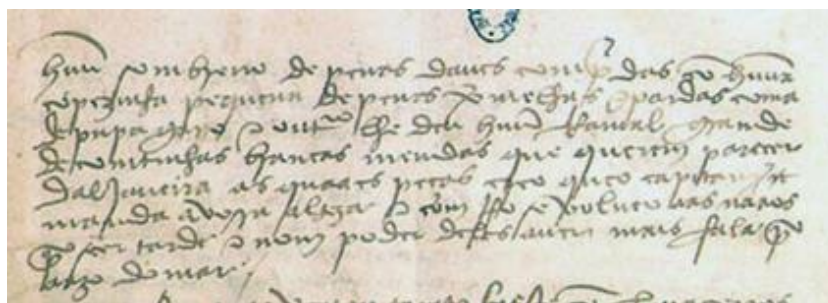


Imagem 4. Excerto da Carta de Caminha (fl. 2)

Na perspectiva do europeu, o primeiro contato é narrado como um avistamento, um contato entre o organismo, os navegantes, e o habitat, a América portuguesa, que forma esse ecossistema inicial, um contato entre povo e território. A interação com o território pela língua se dá pela toponímia, logo é o que ocorre após a descrição do *locus*, quando o capitão nomeia um monte de Pascoal e a terra como Terra de Vera Cruz, criando topônimos europeus, vinculados à tradição cultural judaico-cristã, inspiração das navegações, em uma análise etnotoponímica:

ECO-REBEL

E à quarta-feira seguinte pela manhã, encontramos aves que chamam de fura-buchos, e neste dia, à hora das Vésperas, tivemos o avistamento de terra, a saber, primeiramente, de um grande monte muito alto, e redondo, e de outras serras mais baixas ao sul dele e de terra plana, com grandes arvoredos, monte ao qual o capitão pôs o nome de monte **Pascoal** e à terra de a **Terra de Vera Cruz** (ANTT, [1500] 2020, fl.1-2, grifo nosso).

O encontro com uma espécie conhecida de aves é citado na carta por Caminha. Para ter sido citado pelo escrivão, esse fato, inicialmente sem grande relevância, é o primeiro contato com o ecossistema da América portuguesa. O escrivão dá ao leitor uma ideia de reconhecimento pelos navegadores de que o ecossistema encontrado é contínuo com o mundo já conhecido, logo segue a mesma ordem natural. As aves, a terra, o monte muito alto, as serras mais baixas, com grandes arvoredos, são os elementos nomeados na narrativa de Caminha que apresentam uma realidade já conhecida aos navegantes, uma percepção de continuidade do mundo natural naquele ambiente visitado. Um topônimo vernacular português novo amplia a visão de mundo europeia, a Terra de Vera Cruz, integrando este novo ecossistema à língua.

Após esse primeiro contato apenas com o território, anoitece e o relato de Caminha se encerra havendo uma sequência de narrar os dias e as noites, como ciclos naturais, na navegação. Na sequência, na quinta-feira pela manhã, os navios começam a sua aproximação do litoral. Há uma gradação na distância percorrida pela narrativa do escrivão, quando os pequenos navios se aproximam da embocadura de um rio. Era cerca de 10 horas da manhã, quando os navegantes avistaram os primeiros homens no continente, os indígenas Tupiniquim, em número de sete ou oito. Os detalhes numéricos são uma constante na narrativa técnica do escrivão, para atestar a veracidade dos fatos, como *tópos* retórico:

E à quinta-feira pela manhã, levantamos vela, e seguimos, diretamente, até a terra, e os navios pequenos iam adiante, indo por 17, 16, 15, 14, 13, 12, 10 e 09 braças até meia légua de terra, onde todos lançamos âncoras, em direção da boca de um rio, e teríamos chegado a esta ancoragem às 10 horas, pouco mais ou menos. E dali tivemos o avistamento de homens que andavam pela praia, obra de 7 ou 8, segundo os navios pequenos disseram por chegarem primeiro (ANTT, [1500] 2020, 1500, fl.1-2).

Os navegadores viram os homens no litoral e por eles foram vistos. Estabelecia-se assim a comunicação visual, com uma aproximação lenta, a fim de não despertar reciprocamente desconfiança. Os grupamentos humanos que se viam ali estavam se constituindo como um novo povo, ao menos naquele contato visual inicial, no circuito da EL: P-L-T. O contato era visual e não permitia o estabelecimento da fala.

Os navegadores se reuniram, a fim de deliberar sobre o novo acontecimento de terem encontrado uma população que já ocupava o território, um tema que deve ter sido tratado na assembleia que reuniu os capitães das naus portuguesas: “ali lançamos os bateis e esquifes fora, e vieram logo todos os capitães das naus a esta nau do capitão mor e ali falaram” (ANTT, [1500] 2020). Além do contato visual inicial, surge o interesse de se aproximarem para tentarem travar um contato linguístico com os habitantes que já ocupavam o território avistado pelos navegantes.

Um escaler, pequena embarcação, com Nicolau Coelho, experiente navegador português, Gaspar da Gama, cristão-novo, descendente de judeus e intérprete trazido da Índia por Vasco da Gama, Frei Henrique de Coimbra, franciscano, um grumete da Guiné e um escravo de Angola compunham esse séquito, que tentaria estabelecer o contato linguístico com os indígenas Tupiniquim na embocadura do rio, na Baía de Santa Cruz Cabrália, próximo à atual Porto Seguro. Os membros dessa comitiva eram hábeis especialistas em estabelecer contato linguístico no contexto das navegações portuguesas no século XVI, na Europa, na costa da África e na Ásia, indiana e islâmica.

ECO-REBEL

Os indígenas Tupiniquim os reconheceram também como homens, talvez não tenham sido os primeiros navegadores que vissem, talvez o reconhecimento entre si fosse recíproco, como os navegadores os descreveram. No momento em que se encontravam no mesmo território da praia, na foz de um rio passaram a formar um novo povo, em contato, que buscava uma língua para se comunicar.

Os navegadores em menor número, logo foram cercados por cerca de vinte homens, carregando arcos e flechas, tensionados, preparados para disparar, mas não o fizeram. O primeiro contato demonstrava a desconfiança entre os grupos:

E o capitão mandou no batel, em terra, Nicolau Coelho para ver aquele rio e tanto que ele começou a ir para lá acodiram pela praia homens, ora dois, ora três, de maneira que quando o batel chegou à boca do rio eram ali 17 ou 20 homens pardos todos nus, sem nenhuma coisa que lhes cobrisse suas vergonhas. Traziam arcos nas mãos e suas setas (ANTT, [1500] 2020, fl.1-2).

Caminha descreve os homens indígenas como pardos, nus, sem nenhuma coisa que lhes cobrisse suas vergonhas. Uma imagem que inaugura a linguagem preconceituosa na literatura colonial. Para descrever o homem Tupiniquim, o escrivão faz uma analogia com os navegadores, como homens do Velho Mundo, da Europa, da África e da Ásia. Nessa analogia, o escrivão os descreve como homens pardos, em uma descrição etnocêntrica. A alteridade é marcada pela cor da pele, após um contato visual. Os europeus e Gaspar da Gama, vindo da Ásia, mas de origem europeia, seriam apenas homens, o grumete da Guiné e o escravo de Angola, vindos da África, seriam negros, já os indígenas pardos.

A descrição “todos nus” também se dá por analogia, pois os indígenas Tupiniquim não estavam completamente nus, mesmo os navegadores portugueses e africanos não estavam com o corpo totalmente coberto. Assim, o escrivão português necessita explicar o que era o nu indígena, em sua visão de mundo: “sem nenhuma coisa que lhes cobrisse suas vergonhas” (ANTT, [1500] 2020). Era a nudez do baixo ventre indígena que os incomodava, a ponto de ser ressaltada. Os dois atributos, como a cor da pele e a nudez do baixo ventre, na visão de mundo etnocêntrica do escrivão, era o que diferenciava ambos os grupos, por analogia. Por fim, como instrumento de caça e defesa, os indígenas Tupiniquim portavam arcos e flechas, tensionados contra os navegadores.

Os indígenas se aproximavam do batel de Nicolau Coelho, que rompeu esse contato meramente visual com um gesto. O experiente navegador português fez um sinal, com as mãos, para que os indígenas na praia, provavelmente mais jovens, abajassem os arcos. O contato gestual, após o contato visual inicial, foi iniciado, caracterizando essa comunidade de fala efêmera (COUTO, 2016). Talvez os indígenas se aproximassem para capturar os navegadores, dessa forma, o ritmo e a cautela da aproximação de ambos os grupos, sua percepção e intenção, foram fatores que permitiram a interação:

Vinham todos rijos para o batel e Nicolau Coelho lhes fez sinal para que abajassem os arcos e eles os abaxaram. Ali não pode haver deles nem fala nem entendimento que aproveitasse, por o mar quebrar na costa, somente deu-lhes um barrete vermelho e uma carapuça de linho, que levava na cabeça e um sombreiro preto (ANTT, [1500] 2020, fl.1-2).

O sinal, um signo gestual, deixou ambos os grupos frente a frente. Iniciou-se uma tentativa de fala, com diversos idiomas europeus, africanos e asiáticos, os indígenas Tupiniquim devem em seu turno ter tentado utilizar de sua língua derivada do idioma dos Tupinambás, e as variantes conhecidas, o que seria estudado por missionários nas décadas subseqüentes. Não houve possibilidade de fala, nem entendimento. O escrivão culpou o mar, que quebrava na costa. O território se impunha como o elemento que não permitia a comunicação entre povos diversos em suas línguas.

ECO-REBEL

O mar não é em sentido denotativo um elemento que possa atrapalhar o contato linguístico, a descrição dada pelo escrivão ultrapassa a credibilidade de um relato verossímil. Metaforicamente, o mar que separava ambos os povos e criou a barreira linguística entre a Europa, a África e a Ásia, com esse “novo mundo”, rotulado como a América portuguesa, era uma divisão territorial do ecossistema, ocorrida há muito mais tempo do que a ocupação humana recente por seus povos.

Um mar de séculos de dispersão e imigrações separava aquela comunidade recém-formada de navegadores do Velho Mundo e indígenas Tupiniquim. Era o ecossistema rotulado como oceano Atlântico a fronteira que separou esses povos em territórios e línguas distintas. A partir das navegações quinhentistas europeias e da vida litorânea indígena, na imigração dos povos Tupi, podendo ser datada com o início aproximado em 1000 d. C. que seria possível o encontro no dia 23 de abril de 1500, uma manhã de quinta-feira.

Nicolau Coelho presenteia os indígenas com a cobertura de sua cabeça: “deu-lhes um barrete vermelho e uma carapuça de linho, que levava na cabeça e um sombreiro preto” (ANTT, [1500] 2020, fl. 1-2). O gesto singelo de hospitalidade de Nicolau Coelho seria complementar ao gesto anterior de abaixar os arcos pelos indígenas Tupiniquim. O barrete vermelho, a carapuça de linho e o sombreiro preto eram chapéus. Nicolau Coelho, vendo que os indígenas Tupiniquim utilizavam cocares e cobriam as suas cabeças percebe que esse seria um meio adequado de iniciar o contato. Os indígenas percebem o gesto e aceitam o presente, que retribuem:

E um deles lhe deu um sombreiro de pena de aves compridas, com uma copazinha pequena de penas vermelhas e pardas, como a de papagaio, e outro lhe deu um ramal grande de continhas brancas e miúdas, que querem parecer semente de aljaveira, peças as quais creio que o capitão manda a vossa alteza, e com isto se volveu às naus por ser tarde e não poder deles haver mais fala por azo do mar (ANTT, [1500] 2020, fl.1-2).

Os indígenas Tupiniquim da praia compreendem o sistema de comunicação proposto por Nicolau Coelho, e assim se inicia o processo de escambo, de troca de mercadorias, o que possibilitaria a formação de feitorias. Nicolau Coelho retorna à nau com o cocar, uma copazinha pequena de penas vermelhas e pardas, e um colar de continhas brancas e miúdas, que seriam endereçadas ao rei D. Manuel I pelos navegadores. Inutilmente, tentaram o contato linguístico mais uma vez, e o escrivão relata que o barulho do mar impediu a fala. Os navegadores retornam às naus e se encerra essa primeira tentativa de contato linguístico, que seria o vislumbre de uma relação luso-tupi mais duradoura que viria a seguir.

4. Linguagem preconceituosa, colonialismo e etnocentrismo

No excerto da carta analisado, a linguagem preconceituosa utilizada na descrição dos indígenas Tupiniquim ainda não está expressa como encontramos em outras passagens e mesmo em documentos do período colonial, mais enfáticos. Todavia, a percepção de identificar povos pela cor de sua pele, em analogia, é uma das bases do racismo, que estava no olhar colonizador dos navegantes, e se estruturaria junto com a colônia ultramarina. Os negros e os pardos seriam os colonizados, assim como a África e as Américas, enquanto a Europa seria o centro irradiador. O território da Ásia estaria mais como um parceiro mercantil ou mesmo concorrente, dada a distância para a colonização efetiva.

Não temos o relato do lado indígena Tupiniquim sobre o primeiro contato, que Caminha descreve, mas podemos por analogia indagar como foi a recepção da vinda dos navegadores em suas rodas de conversa com os anciões da aldeia. Não sabemos se descreveram os europeus, africanos e asiáticos pela cor de sua pele diversa, notando que eles cobriam as suas “vergonhas”. Os presentes de Nicolau Coelho devem ter causado o mesmo interesse que o cocar e o colar de

continhas que os indígenas deram aos portugueses. Certamente, os indígenas fizeram alguma narrativa oral sobre o fato, pois demonstraram interesse nos navegadores, porém, talvez não fosse esse o primeiro contato com navegadores, vindos de tão longe.

A visão indígena Tupiniquim do que Caminha relatou aos europeus se perdeu, porque as tradições orais indígenas não se desenvolveram pela fixação documental com uso da técnica da escrita, o que do lado português era uma herança greco-romana dos reinos europeus absolutistas e estava se firmando no vernáculo. Porém, o fato de não termos esse relato não significa que os indígenas Tupiniquim tiveram apenas uma recepção passiva dos navegadores europeus. Questionamentos sobre quem eram aqueles homens e sobre os seus barcos, de onde vieram e o que estavam buscando no território dos indígenas Tupiniquim deveriam ter sido levantadas pelas lideranças indígenas.

A nação indígena Tupiniquim não estava totalmente isolada, havendo interações com outras comunidades indígenas, logo participavam de alianças e de guerras, estabeleciam trocas e contato. O seu território se mantinha em um equilíbrio de poder com outras nações indígenas, logo também era estruturada a sua sociedade em aldeias. O ecossistema social estava já estabelecido, assim, desenvolveram técnicas tão complexas como a navegação, para a sobrevivência nesse *locus*, o que permitiu o seu desenvolvimento populacional.

Com a chegada de estranhos em seu território, os indígenas Tupiniquim utilizaram no primeiro contato o que deveria ser sua convenção ao lidar com esse tipo de caso. Aproximaram-se, cuidadosamente, com os arcos tencionados, mas não dispararam, aguardando o primeiro passo dos navegadores recém-chegados. O gesto de Nicolau Coelho, pedindo que abaixasse as armas, foi prontamente atendido, e houve uma troca de presentes, chapéus, pois era um ponto de intersecção entre ambos os povos o hábito de cobrir a cabeça. Depois desse contato inicial, tentaram ainda se comunicar pela fala, mas nenhum dos dois povos era hábil para compreender os sistemas linguísticos dos outros.

Quando se afastaram, encerrando esse primeiro contato, foram relatar para as suas lideranças o que sucedera. Os indígenas Tupiniquim podem ter narrado em sua perspectiva de diversos modos aquele encontro, talvez o medo dos navegadores, talvez a sua calma, as suas feições estranhas e diferentes, esse relato, porém, se perdeu no tempo. Já Nicolau Coelho e os outros que estavam no escaler narraram tudo que perceberam e sentiram para o escrivão Caminha, que buscou relatar ao rei D. Manuel I, apenas acrescentando o detalhe do mar ter atrapalhado a conversação, para não falar sobre a imperícia dos intérpretes. O registro em língua portuguesa quinhentista chegou à posteridade, centralizando a narrativa sobre esse processo de contato linguístico no lado europeu e se naturalizando como ponto de vista hegemônico.

Em uma visão ecológica de mundo, o ecossistema se compõe de organismos, habitat e a sua interação, como supracitado. Já para a EL, há um ecossistema linguístico, como fundamento: “o equivalente do ecossistema biológico no estudo dos fenômenos da linguagem é o **ecossistema linguístico**” (COUTO, 2015, p. 92, grifo do autor). Outra perspectiva de organização da EL se dá pela Linguística Ecológica (LE), uma variante da disciplina, como Couto define: “é uma espécie de ecolinguística radical, no sentido de ir à raiz da ecologia, ou melhor, de partir da raiz da **macroecologia**” (COUTO, 2015, p. 88, grifo do autor).

A LE, como variante da EL, tem como objeto de estudo central os ecossistemas linguísticos, divididos em três espectros: o ecossistema linguístico natural, o social e o mental, que podem se organizar em uma visão holística no ecossistema linguístico integral. Essa divisão, em três espectros: natureza, sociedade e indivíduo, busca desfazer uma visão antropocêntrica de mundo já estabelecida, em que apenas a sociedade e o indivíduo são analisados em relação aos fatos linguísticos, como individuais e sociais. O espectro natural, que percebe o ser humano

enquanto espécie, leva em consideração a relação da espécie humana com outras espécies animais, vegetais e o meio ambiente.

O ecossistema natural da língua é representado pelas interações entre povo (P), língua (L) e território (T). A materialidade da língua depende de entidades físicas, como o suporte territorial e a existência de uma comunidade humana, como a nação dos indígenas Tupiniquim, ou o reino absolutista português no século XVI, que eram povos distintos. A noção de povo é ampla, como a totalidade de uma grande comunidade linguística, heterogênea e diversa, mas com traços identitários comuns, como uma língua que os caracterize (COUTO, 2007).

Já o ecossistema social da língua pressupõe uma coletividade como organismo socialmente organizado, em uma estrutura social. Assim: “coletividade mais sociedade constituem o **meio ambiente social da língua**” (COUTO, 2015, p. 94, grifo do autor). Em relação aos indígenas Tupiniquim, uma aldeia, ou conjunto de aldeias, seria esse organismo social, enquanto para os navegadores, sua armada seria uma coletividade. Do organismo que é o povo, derivam as coletividades institucionalizadas que organizam o meio ambiente social, para o convívio humano.

Por fim, há o ecossistema mental da língua, quando o organismo é o indivíduo. A mente é o *locus* como sede da língua, nesse ecossistema, e as atividades mentais individuais são os componentes que permitem as interações. Nessa perspectiva analítica individual, o único registro que temos no contato linguístico quinhentista é a atividade de Pero Vaz de Caminha, que redigiu a carta. A escrita é um fato linguístico individual. Assim, só uma individualidade, entre tantas outras, ficou registrada nesse contato linguístico quinhentista: a de Pero Vaz de Caminha, escrivão da armada portuguesa. O território do ecossistema mental da língua é o cérebro, o *locus* mental, que pode ser representado na escrita, por exemplo.

Dessa forma, podemos compreender o documento quinhentista, que descreve o contato linguístico entre navegadores e indígenas Tupiniquim, como a visão de mundo de um indivíduo, sobre um processo muito mais complexo, que envolveu diversos atores. Sendo a visão individual sempre reducionista, dada a sua característica de não representar os fenômenos linguísticos e sociais em sua totalidade, tende a reduzir as interações a um único indivíduo. Assim, o relato quinhentista apresenta apenas o lado europeu das navegações, reduzindo o lado indígena, que serve apenas como um contraponto para descrever o feito naval. O outro não é visto também como um indivíduo, como um sujeito. Na linguagem preconceituosa, o indígena se torna apenas parte de uma paisagem a ser conquistada.

A narrativa documental de Caminha é um ponto de vista, mas não o único olhar possível sobre as comunidades indígenas quinhentistas, nem apresenta o olhar que os indígenas Tupiniquim tinham de si mesmos. Como se fixou na escrita, pelo tempo, o relato individual foi se tornando central, a um ponto em que a narrativa dos navegadores, e, posteriormente, dos colonizadores, passou a suprimir até a visão que os indígenas possuíam sobre si mesmos, e moldou a visão que a sociedade derivada desse processo de colonização naturalizou. A esse fenômeno damos o nome de etnocentrismo.

5. Indígenas Tupiniquim e Análise do Discurso Ecológica

Atualmente, os indígenas Tupiniquim ocupam um território no Espírito Santo, com uma população de quase três mil habitantes, sendo falantes de língua portuguesa (ZORZETTO, 2020). Para se debater a questão indígena no Brasil contemporâneo, que é o contexto atual de recepção dos documentos coloniais, a Análise do Discurso Ecológica (ADE) oferece o aparato epistemológico teórico-metodológico para uma análise crítica das questões políticas que envolvem esse debate.

A ADE tem uma rotulagem alternativa, como Linguística Ecológica Crítica (LEC), logo sua visão de mundo é crítica, em relação à descrição do ecossistema linguístico pela LE. Essa visão crítica se constitui pelo posicionamento político perante os fatos linguísticos. A ADE não é vinculada aos discursos ambientalistas, mas a uma visão ecológica de mundo, em que os ecossistemas sociais e humanos em interação com as espécies animais e vegetais são situadas como tema de centralidade, diferindo de uma visão de mundo apenas antropocêntrica.

Em relação aos ecossistemas em que predominam comunidades humanas, a ADE possui uma visão crítica sobre as desigualdades sociais, de gênero e raciais, porém, sem uma visão política cunhada apenas em uma visão negativa de mundo (COUTO, 2015). Nesse aspecto, convém tecer uma diferenciação entre a ADE e a Análise Crítica do Discurso (ACD), ou Análise do Discurso (AD). Como a ACD, ou AD, se interessa pela análise das relações de poder e o seu comprometimento para com a sociedade, denunciando as opressões, com conotações negativas, na estrutura social, já a ADE busca um posicionamento crítico direcionada para o lado positivo de defesa da vida (FILL, 2015).

A ecologia, como visão de mundo, é a busca da melhoria de vida no convívio humano, um processo evolucionário, não um processo revolucionário, como Couto sugere: “Como se vê em Martin (2004), a ACD é ‘necessariamente negativa’. Por isso, ele sugere que se assumam uma atitude mais ‘positiva’, no seio de fazer do mundo um lugar melhor” (COUTO, 2015, p. 131). A ADE parte do princípio de que a ecologia pode intermediar os conflitos humanos e permitir uma interação mais sustentável, em uma perspectiva de baseada na ecologia social.

Em relação à análise dos documentos quinhentistas, como a carta redigida por Pero Vaz de Caminha, a ADE permite identificar o pensamento de colonizadores, que se estruturou com uma linguagem preconceituosa no ecossistema social formado no Brasil. Mesmo depois de séculos, a manutenção do mesmo pensamento como herança colonial precisa ser revista, para que os documentos possam ser reinterpretados e sirvam de auxílio à reflexão de uma sociedade mais sustentável e inclusiva, que leve em consideração não apenas a herança europeia na formação da América latina, o que naturalizou o etnocentrismo como um movimento permanente e cotidiano de colonização de si mesmo.

Referências

- ALTMAN, Cristina. História, Estórias e Historiografia da Linguística Brasileira. *Revista todas as letras*, v. 14, n. 1, 2012, p. 14-37.
- ANCHIETA, José de. *Arte de grammatica da lingua mais usada na costa do Brasil*. Coimbra: António de Mariz, 1595.
- ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO (ANTT). Carta de Pero Vaz de Caminha de 1500. <http://digital.arquivos.pt/details?id=4185836> (acesso:28/08/2020).
- BASTOS, Neusa M. O. B., PALMA, Dieli V. (orgs.) *História entrelaçada: a construção de gramáticas e o ensino da Língua Portuguesa do século XVI ao XIX*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
- BUENO, Eduardo. *A viagem do Descobrimento*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2016.
- CORTESÃO, Jaime. *A obra de Pero Vaz de Caminha*. Lisboa: Portugalia, 1967.
- COUTO, Hildo H. O que vem a ser ecolinguística, afinal? *Cadernos de Linguagem & Sociedade*, v. 14, n. 1, 2013, p. 275-313.
- COUTO, Hildo H.; COUTO, Elza K. N. N. do; BORGES, Lorena A. de O. *Análise do discurso ecológica (ADE)*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.
- COUTO, Hildo H.; COUTO, Elza K. N. N. do; ARAÚJO, Gilberto P. de; ALBUQUERQUE, Davi B. de. (Org.). *O paradigma ecológico para a ciência da linguagem: ensaios ecolinguísticos clássicos e contemporâneo*. Goiânia: Editora UFG, 2016.

ECO-REBEL

COUTO, Hildo H. Comunidade de fala revisitada. *Revista Brasileira De Ecologia E Linguagem (ECO-REBEL)*, v. 2, n. 2., 2016, p. 49-72.

<https://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/9690> (acesso em 06/07/2021).

FILL, Alwin. Ecolinguística: a história de uma ideia verde para o estudo da linguagem. *Revista Brasileira De Ecologia E Linguagem (ECO-REBEL)*, v.1, n.1, 2015, p.7-18.

HAUGEN, Einar. Ecologia da linguagem. In: COUTO, Hildo H., COUTO, Elza K. N. N. do; ARAÚJO, Gilberto P. de; ALBUQUERQUE, Davi B. de (Org.). *O paradigma ecológico para a ciência da linguagem: ensaios ecolinguísticos clássicos e contemporâneo*. Goiânia: Editora UFG, 2016, p. 57- 75.

KALTNER, Leonardo F. *O pensamento linguístico de Anchieta e de Carl von Martius: estudos historiográficos*. Ponta Grossa: Atena Editora, 2020.

KALTNER, Leonardo F., TEIXEIRA, Viviane L., SANTOS, Melyssa C. S. Gaspar da Índia: o língua e o Brasil quinhentista. *Revista Confluência*, n. 57, 2019, p. 9-35.

MARIANI, Bethania. *Colonização linguística*. Campinas: Pontes, 2004.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

RONCARATI, Cláudia, ABRAÇADO, Jussara (org.). *Português Brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7letras, 2003.

SWIGGERS, Pierre. Linguistic Historiography in Brazil: impressions and reflections. *Cadernos de Historiografia Linguística do CEDOCH*, v. 1, n. 1., 2015, p. 2-7, 2015.

SWIGGERS, Pierre. A historiografia da linguística: objeto, objetivos, organização. *Revista Confluência*, n. 44/45, 2013, p. 40-59.

ZORZETTO, Ricardo. Os últimos Tupiniquim. *Revista Fapesp*, n. 288, 2020.

<http://revistapesquisa.fapesp.br/os-ultimos-tupiniquim> (acesso em: 11/04/2021).

Aceito em 09/06/2021.

Apêndice

E aaquarta feira segujmte pola manhã topamos aves aque chamã fura buchos e neeste dia aoras de bespera ouuemos vjsta de tera .s. premeiramente dhuũ grande monte muy alto. e rredondo e doutras serras mais baixas ao sul dele. e de trra chaã com grandes aruoredos. ao qual monte alto ocapitam pos nome omonte pascoal. E aatera atera davera cruz. mandou lamçar oprumo acharam xxb braças e ao sol posto obra de bj legoas de tera surgimos amcoras em xix braças amcorajem limpa. aly jouuemos todaaquela noute. e aaquimta feira pola manhã fezemos vella. e segujmos dirtos aaterra eos naujos pequenos diãte himdo per xbij xbj xb xiiij xij xij x. e ix braças ataa mea legoa de trra omde todos lancamos amcoras em dirto daboca dhuũ rrio e chegariamos aesta amcorajem aas x oras pouco mais ou menos e daly ouuemos vista dhomeês q~ andauam pela praya obra de bij ou biiij seg° os naujos pequenos disseram por chegarem primeiro... /

aly lancamos os batees e esquifes fora evieram logo todosos capitaães das naaos aesta naao do capitam moor e aly falaram. e ocapitam mandou no batel em trra njcolaa coelho peraveer aq~le rrio e tamto que ele comecou perala dhir acodirã pela praya homeês quando dous quando tres de maneira que quando obatel chegou aaboca do rrio heram aly xbiij ou xx homeês pardos todos nuus sem nhuũa cousa que lhes cobrisse suas vergonhas. traziam arcos nas maãs esuas seetas. vijnham todos rrijos perao batel e nicolaa coelho lhes fez sinal que posesem os arcos. e eles os poseram. aly nom pode deles auer fala nẽ entẽdimento que aproueitasse polo mar quebrar na costa. soomente deulhes huũ barete vermelho e huũa carapuça de linho que leuaua na cabeça e huũ sombreiro preto. E huũ deles lhe deu huũ sombreiro de penas daues compridas cõ huũa copezinha pequena de penas vermelhas epardas coma de papagayo e outro lhe deu huũ rramal grande de comtinhas brancas meudas que querem parecer daljaueira as quaaes peças creio queo capitam. manda avossa alteza e com jsto se volueo aas naaos por seer tarde e nom poder deles mais fala por aazo do mar. /

(E à quarta-feira seguinte pela manhã, encontramos aves que chamam de fura-buchos, e neste dia, à hora das Vésperas, tivemos o avistamento de terra, a saber, primeiramente, de um grande monte muito alto, e redondo, e de outras serras mais baixas ao sul dele e de terra plana, com grandes arvoredos, monte ao qual o capitão pôs o nome de monte Pascoal e à terra de a Terra de Vera Cruz. Mandou lançar o prumo. Acharam 25 braças, e ao sol posto, obra de 6 léguas de terra, levantamos âncoras em 19 braças. Ancoragem limpa. Ali descansamos por toda aquela noite.

E à quinta-feira pela manhã, levantamos vela, e seguimos, diretamente, até a terra, e os navios pequenos iam adiante, indo por 17, 16, 15, 14, 13, 12, 10 e 09 braças até meia légua de terra, onde todos lançamos âncoras, em direção da boca de um rio, e teríamos chegado a esta ancoragem às 10 horas, pouco mais ou menos. E dali tivemos o avistamento de homens que andavam pela praia, obra de 7 ou 8, segundo os navios pequenos disseram por chegarem primeiro.

Ali lançamos os bateis e esquifes fora, e vieram logo todos os capitaães das naus a esta nau do capitão mor e ali falaram. E o capitão mandou no batel, em terra, Nicolau Coelho para ver aquele rio e tanto que ele começou a ir para lá acodiram pela praia homens, ora dois, ora três, de maneira que quando o batel chegou à boca do rio eram ali 17 ou 20 homens pardos todos nus, sem nenhuma coisa que lhes cobrisse suas vergonhas. Traziam arcos nas mãos e suas setas. Vinham todos rijos para o batel e Nicolau Coelho lhes fez sinal para que abajassem os arcos e eles os abaixaram. Ali não pode haver deles nem fala nem entendimento que aproveitasse, por o mar quebrar na costa, somente deu-lhes um barrete vermelho e uma carapuça de linho, que levava na cabeça e um sombreiro preto. E um deles lhe deu um sombreiro de pena de aves compridas, com uma copazinha pequena de penas vermelhas e pardas, como a de papagaio, e outro lhe deu um ramal grande de continhas brancas e miúdas, que querem parecer semente de aljaveira, peças as quais creio que o capitão manda a vossa alteza, e com isto seolveu às naus por ser tarde e não poder deles haver mais fala por azo do mar).

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE

ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), V. 7, N. 2, 2021.